

Brasília fica refém da Polícia Civil

Luís Cláudio Cicci
Da equipe do **Correio**

No 15º dia de paralisação dos policiais civis — o primeiro depois da decisão em assembléia que restringiu ainda mais o atendimento — os servidores públicos responsáveis pela garantia da tranquilidade escolheram os contribuintes que voltariam para casa frustrados ou não. A cartilha de greve dita o comportamento, ensina quem pode ter seu pedido atendido e é seguida à risca, a não ser que o necessitado consiga convencer o policial no balcão.

Desde as 18h30 de segunda-feira, quando já valia a decisão que impede a remoção de corpos para o IML, e até as 10h da terça, três cadáveres saíram do Hospital de Base (HBBF). A dona-de-casa Eloísa de Resende, de 27 anos, teve que usar a influência de parentes para conseguir incluir nessa lista seu irmão, vítima de um acidente de trabalho às 10h de segunda. Ela foi ao IML acompanhada da amiga Ivonete Soares de Faria. Sua intenção era levar o morto para ser enterrado em Padre Bernardo (GO), onde mora a família.

“Meus pais passaram mal quando souberam da notícia e nem vão poder ver o filho direito”, lamentava. “Talvez nem tenha velório.” Às 11h, sentada em frente a um policial civil, ela chorava ao ouvir o barulho da máquina de escrever preenchen-

do os documentos da liberação do corpo. Na lembrança de Eloísa, uma outra experiência desagradável. Há menos de um ano ela esteve no IML em busca de um concunhado e conseguiu resolver tudo em uma hora. Ontem, precisou do dobro de tempo e dependeu de favores.

Nos balcões das delegacias, só conseguem atendimento as comunicações de homicídio, latrocínio, extorsão, seqüestro, estupro ou atentado violento ao pudor. Se alguém pensa em ir a alguma delegacia para tratar de um assunto diferente, está tentando a sorte. São

grandes as chances de voltar para casa frustrado.

Depois de passar 15 dias em Goiânia, o comerciante Marcos Soares Baliero, de 23 anos, foi assaltado na noite de segunda-feira.

Sem saber da greve dos policiais civis, ele procurou a 3ª Delegacia de Polícia, no Cruzeiro, para conseguir o registro da ocorrência e contra-ordenar o talão de cheques que o ladrão, com um punhal, lhe arrancou em frente ao Conjunto Nacional. Não conseguiu.

“O agente me orientou que avisasse ao banco e disse que eu poderia pedir para entregar o documento depois”, disse Marcos. “Não bastasse o roubo, fiquei mais chateado ainda porque vai me complicar a vida”, lamentava. “Os cheques vão ser devolvidos pelo motivo indevido e eu vou ter que voltar de novo à delegacia.”

Com a justificativa de que está de

Nehil Hamilton



Eloísa de Resende (ao fundo) foi ao IML acompanhada de Ivonete Soares de Faria: demora para liberar do corpo do irmão morto em acidente de trânsito

passagem por Brasília, a comerciante Inês Dezam, de 49 anos, convenceu um agente da 1ª Delegacia de Polícia (1ª DP), na Asa Sul, a atendê-la. “Pedi pelo amor de Deus que não me deixassem empenhada”, contou a dona de uma fazenda invadida, que trabalha para culpar os respon-

sáveis e veio tentar ajuda do governo federal.

Durante mais de um mês Inês esperou pela carta precatória que dispensa sua volta ao interior de São Paulo para prestar depoimento. “Estive aqui ontem (segunda-feira), não me atenderam por causa da as-

sembléia, voltei à tarde e não consegui, e, finalmente, graças à compreensão do funcionário, fui atendida”, disse, aliviada, Inês.

Na tarde de ontem, às 14h, o policial civil Davi Bonfim, de 34 anos, foi enterrado no Campo da Esperança. Na segunda-feira, o agente

da 23ª DP, em Ceilândia Sul, foi baleado numa troca de tiros. Dois dos seus agressores também foram atingidos, um também está morto e outro foi internado no Hospital Regional de Ceilândia. O cadáver do agente foi liberado para o enterro às 11h10.

Aguiar volta a negociar

O canal de negociação entre o governo do Distrito Federal e os policiais civis, em greve há 15 dias, está reaberto. E o próprio secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, que havia se afastado das conversas com o sindicato dos policiais, o Sinpol, vai reconduzir o diálogo mesmo a contragosto. “Tive que aceitar o comando do governador no sentido que a pessoa mais apta para negociar seria mesmo o secretário de Segurança”, disse durante o Seminário de Segurança Pública que acontece até sexta-feira no auditório da Imprensa Nacional.

Roberto Aguiar lembrou que o pagamento da Gratificação por Operações Especiais (GOE), um dos motivos que fizeram os policiais civis entrar em greve, não é de competência do governo local. “Isso não é pago por nós. E não temos dinheiro”, afirmou. Entretanto, o secretário demonstrou disposição de intermediar uma negociação com o governo federal. “A única alternativa que venho falando há duas semanas é a de nos unirmos tecnicamente e politicamente no sentido de ir até o governo federal e discutir o pagamento da GOE.”

O governador Cristovam Buarque abriu o Seminário de Seguran-

ça Pública destacando que o tema violência vai dominar os debates nos próximos anos no DF. Na saída, esquivou-se de comentar sobre a greve dos professores e a dos policiais civis. “Não vou falar de greve. Prefiro falar em segurança pública. Que é o assunto que viemos discutir aqui hoje”, disse em tom irritado.

O Sinpol vê de forma positiva o aceno do governo em voltar a negociar. “É bom para todos: policiais, governo e sociedade que são os mais atingidos”, comentou um dos diretores, Rogério Trindade. A categoria vai se reunir para avaliar o movimento hoje às 16h, no estacionamento 6 do Parque da Cidade, ao lado da CPE. “Esperamos que até lá o governo apresente uma proposta concreta. Não aceitaremos mais promessas como aconteceu na greve passada”, avisou.

O secretário de Segurança tranquilizou a população, apesar da radicalização do movimento grevista. “Preciso dizer à população que estamos com um contingente ainda muito maior de policiais nas ruas, principalmente por causa do campeonato mundial. A cidade está melhor policiada. Neste momento, a greve dos policiais civis não está trazendo prejuízo algum para a população”, afirmou.